

A família escrava na região central da Zona da Mata mineira

Vitória Schettini¹

The slave family in the central region of Zona da Mata in Minas Gerais

La familia esclava en la región central de la Zona da Mata en Minas Gerais

Resumo

A formação de laços familiares entre os escravos foi de vital importância para o fortalecimento do grupo, pois puderam reverter suas relações em ganho, construir espaços de sociabilidades, podendo ampliar os limites de sua unidade familiar. A fim de aprofundar no tema, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil familiar dos escravos na freguesia de São Paulo do Muriaé, no século XIX, região marcada por forte presença de filhos ilegítimos e padrinhos livres, e ainda entender como foram organizadas as redes de sociabilidades dos escravos com os demais grupos. As fontes utilizadas serão os registros de casamentos e batismos, além das listas de matrículas de escravos e o censo de 1872.

Palavras-chave: Família; Escravidão; Sociabilidades; Zona da Mata mineira.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, da Faculdade Santa Marcelina e do Centro Universitário UniFaminas. Bolsista Jovem Cientista Faperj. E-mail: vfschettini@yahoo.com.br

Abstract

The formation of family ties between the slaves was of vital importance for the strengthening of the group since they could revert their relations in gain, build spaces of sociability, and enlarge the limits of their family unit. In order to deepen the theme, the objective of this work is to analyze the family profile of slaves in the parish of São Paulo to Muriahé, in the 19th century, a region marked by a strong presence of illegitimate children and free godparents, and to understand how the sociability networks between slaves and other groups were organized. The sources used will be the records of weddings and baptisms, in addition to the slave enrollment lists and the 1872 census.

Keywords: *Family; Slavery; Sociability; Zona da Mata mineira.*

Resumen

La formación de lazos familiares entre los esclavos fue de vital importancia para el fortalecimiento del grupo, ya que pudieron revertir sus relaciones en ganancias y construir espacios de sociabilidad, ampliando los límites de su unidad familiar. Para profundizar en el tema, el objetivo de este trabajo es analizar el perfil familiar de los esclavos en la parroquia de São Paulo do Muriahé, en el siglo XIX, una región marcada por una fuerte presencia de niños ilegítimos y padrinos libres, y comprender cómo se organizaron las redes. La sociabilidad de los esclavos con los otros grupos. Las fuentes utilizadas serán los registros de bodas y bautizos, además de las listas de inscripción de esclavos y el censo de 1872.

Palabras clave: *Familia; Esclavitud; Sociabilidad; Zona da Mata mineira.*

Introdução

Nos últimos anos, a utilização de fontes variadas permitiu que a historiografia, voltada para a escravidão, observasse caminhos muito diferentes do que anteriormente se supunha. O uso de documentos paroquiais, como registros de batismos, casamentos, óbitos, além de documentos civis, dentre eles as listas nominativas, os inventários *post-mortem* e os testamentos, promoveram uma série de cruzamentos e informações que, por meio de análises qualitativas e quantitativas, possibilitaram ampliar o entendimento sobre a família escrava e suas interfaces sociais e econômicas.

Um dos trabalhos pioneiros voltados para a compreensão da estrutura familiar escrava foi publicado no ano de 1981, com a coautoria de Iraci Del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart B. Schwartz (1987). Os autores, utilizando as listas nominativas, estudaram as características básicas dos escravos em Lorena (1801), como estado conjugal, idade, sexo, ilegitimidade, e destacaram a existência de relações familiares entre eles. O uso de fontes primárias possibilitou novos estudos e permitiu que o escravo não fosse mais visto como alguém deslocado ou excluído socialmente, mas alguém que extrapolava sua rede social para além de seu grupo, podendo estabelecer vínculos com camadas superiores à sua, o que pode ser entendido como uma das formas de sobreviver à condição de cativo.

Então, seria possível aos escravos desenvolver formas de adaptação ao mundo do cativo, de modo que pudessem estabelecer alguns vínculos com aqueles que conviviam. Não negamos, assim como Jonis Freire (2009), a existência de uma sociedade dicotômica entre senhores e escravos, na qual os senhores eram a parte mais forte, contudo, havia entre os cativos possibilidades de negociações e estratégias como forma de sobrevivência dentro desses espaços.

Jonis Freire (2009, p. 2) acrescenta que:

várias questões importantes são discutidas na produção
historiográfica recente, desde o processo de formação

desta família e seu significado para aqueles que a compunham, a proporção de uniões que eram legítimas (ratificadas pela Igreja), até as possibilidades da família nuclear e extensa se manter ao longo do tempo. Não se trata mais de comprovar a existência da família, e sim de tentar articular a sua existência com outros aspectos do escravismo, buscando, com outros métodos de investigação, ângulos não visíveis em análises mais gerais.

Em meio a essas alternativas de sobrevivência do escravo, podemos afirmar que a constituição de laços parentais era uma das condições para ele se manter coeso com o grupo a que pertencia ou mesmo alargar suas relações sociais e se ligar ao mundo dos brancos. Os apadrinhamentos, os enlaces matrimoniais, a escolha das testemunhas, o perfil familiar de seus filhos são algumas das muitas possibilidades que o escravo tinha para reforçar seus laços no cativeiro ou mesmo melhorar seu convívio e proteção. Essas relações socioparentais empreendidas por pais, padrinhos, batizando e senhores escravistas, por meio da celebração do batismo, das testemunhas de casamento, do perfil dos casamentos, das relações entre senhores e membros da sociedade, davam condições de solidificar convivências mais íntimas entre os segmentos sociais, por isso eram aspiradas por todos.

Desta forma, a constituição de uma família escrava não ocorria apenas por relações de consanguinidade, mas era reforçada e ampliada nas relações estabelecidas por estes laços, sendo determinada pelo número de escravos de um mesmo proprietário, o tamanho da escravaria e a formação do número de famílias. Ou seja, “quanto maior o plantel a que pertence o batizando, maior a preferência por padrinhos escravos e vice-versa” (RIOS, 1990a, p. 104-128). Isto permite averiguar que em escravarias maiores havia uma maior possibilidade de permanência dos laços familiares entre o próprio grupo, enquanto que, em médias e pequenas unidades produtivas, existia uma maior inserção desse grupo em costumes e valores dos brancos (RIOS, 1990a, p. 104-128).

Dentre os vários temas que apuram essa possibilidade de formação familiar, o apadrinhamento de escravo aparece como um dos principais alvos de destaque.

Pais, filhos, padrinhos e senhores mergulham nessas relações, fortalecidas na pia batismal, ao conceber o escravo como um membro da Igreja, aceito como oficial. Pela instituição do sacramento do batismo foi possível entender a organização familiar do escravo, conhecer suas relações de parentesco e sua inserção no mundo escravista, já que era possível, pelo compadrio, ultrapassar as barreiras da Igreja Católica, atingindo convivências mais íntimas de todos os estratos sociais.

A valorização do ato tinha uma função muito mais do que religiosa para os escravos, pois dava condições para estabelecer uma dependência recíproca, de forma a ampliar sua comunidade, na tentativa de resguardar sua identidade como grupo. Segundo José Oscar Beozzo (1993, p. 52), “o batismo organizava uma complexa rede de parentesco espiritual que envolvia a criança e seus padrinhos, mas igualmente os pais e os padrinhos ou, pelo menos, a mãe e os padrinhos”, indicando uma relação de comadres e compadres, padrinhos e madrinhas, como também afilhados e afilhadas. Pelo compadrio, os escravos expandiam suas relações de parentesco, levando-as inclusive, para fora das senzalas e unidades de produção, proporcionando-lhes segurança, diante das instabilidades cotidianas.

Para Stuart Schwartz (1989), pelo ritual do batismo e pelo parentesco advindo do compadrio, seria possível ter uma definição mais ampla de parentesco numa sociedade católica e escravocrata, sendo possível testemunhar as estratégias que envolviam senhores e escravos. Para o autor, “os escravos procuravam criar formas sociais e culturais que lhes proporcionassem consolo e apoio naquele mundo hostil” (1989, p. 310). Dessa forma, o ritual do batismo era uma das formas encontradas para ampliar os laços entre os pares ou entre grupos diferentes do seu, sendo que, como é reforçado pelo autor, “ter padrinhos livres nas imediações, significava vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços” (1989, p. 332).

Assim, afirmamos que esse perfil familiar está associado diretamente ao quadro populacional que se analisa, pois permite aprofundar, comparar e cruzar

dados que podem ser compreendidos de forma geral. As fontes paroquiais, as listas de matrículas e os censos, se trabalhados em conjunto, permitem entender a organização familiar e o balanço populacional de uma dada sociedade. Um exemplo desse cruzamento de fontes, novos métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção desse corpus documental, pode ser contemplado no livro organizado por João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, o qual possibilita vislumbrar o manuseio de fontes paroquiais de batismo, casamento e óbitos cruzadas com outros documentos (2016). Assim, por intermédio da compreensão das peças apresentadas nas listas e registros, é possível aprofundar no tema, como observado por Maísa Faleiros da Cunha (2016, p. 5) acerca do seu uso e potencialidade:

o emprego de registros paroquiais, juntamente com dados provenientes de levantamentos populacionais, permite a análise dos processos demográficos que marcaram as populações durante o século XIX, sendo possível comparar no espaço e no tempo as características regionais.

Com o intuito de discutir com mais profundidade essa temática, em uma região ainda carente de trabalhos voltados para a compreensão da família escrava, mas caracterizada pelo maior índice populacional escravo da província mineira e por ter uma relevante produção cafeeira a partir de meados do século XIX, o objetivo aqui proposto será desenvolver uma análise sobre o perfil das famílias na freguesia de São Paulo do Muriaé, Zona da Mata mineira, bem como entender as diversas formas de sociabilidades e estabilidade dos escravos. Para isso, utilizaremos como fontes principais os registros paroquiais de casamento e batismo, as listas de matrículas de escravos e o censo de 1872. Nesse sentido, espera-se que as discussões apresentadas contribuam para a compreensão da família escrava na região e possam auxiliar outros pesquisadores que abordem temas afins.

O (re)pensar a família escrava na Zona da Mata mineira²

Ocupada pelo homem branco, a partir da redução da exploração aurífera e do estímulo governamental para avançar as fronteiras além da mineração, a Zona da Mata mineira, por mais de um século, permaneceria com uma vegetação quase que intocada, apesar de as “matas” serem caminho para negociantes que circulavam de São Paulo e Rio de Janeiro para o interior mineiro, em busca de pedrarias e metais preciosos.

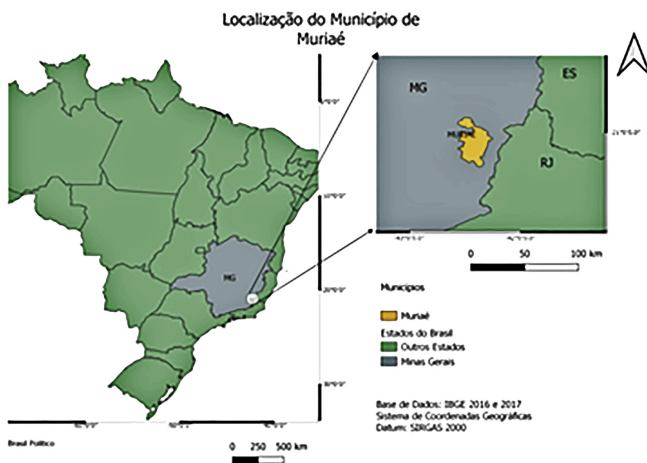
Por esse motivo, os *sertões* do Leste da Zona da Mata mineira tiveram sua ocupação efetiva no final do século XVIII. Antes desse período, houve um bloqueio político da Coroa, visando não ampliar as áreas além-mineração, com o intuito de reforçar a vigilância ao contrabando do metal. Esses condicionantes, somados às dificuldades naturais, levaram a Zona da Mata a efetuar seu desenvolvimento tardiamente, se comparada às áreas mineradoras (LANNA, 1986, p. 82).

A partir desse momento, os nativos que residiam na região se juntaram a outros grupos. Picadas foram abertas, fazendas foram conquistadas e ranchos foram construídos. Aos poucos, o comércio ganhou corpo e forma, efetivando-se, definitivamente, por volta de meados do século XIX, fato que poderia variar de região para região por estar esse dinamismo ligado diretamente à lógica da ocupação (FREIRE, 2019). Inicialmente, as culturas de milho, feijão e cana-de-açúcar tomaram alguma proporção, mas aos poucos o café se destacou como produto de referência, o que conferiu à região o título de maior produtora de rubiácea na província (ORLANDO, 2020; PIRES, 1993), como também a maior em número de escravos (LIBBY, 1988; MARTINS, 2018).

2 Diversos autores contemplam a produção historiográfica voltada para a ocupação da região. Citamos: Adriano Toledo Paiva (2010), Fernando Gauderetto Lamas (2013), Nair Costa Muls (1990), Oilian José (1958), Orlando Valverde (1958), Patrício Aurelino Silva Carneiro (2008), Paulo Mercadante (1978), Romilda Oliveira Alves (2017), Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2011), dentre outros.

Localizada entre as fronteiras administrativas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, a região foi dividida por Ângelo Carrara (1999, p. 11-15) em três sub-regiões: a norte, composta pelos municípios situados nas margens direita e esquerda do rio Doce; a sul, composta pelos vales do rio Paraíba do Sul e dos seus afluentes, rio Preto e rio Paraibuna; e a central composta pelo vale do rio Pomba e pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce e deste para o leste, até o limite com a província do Espírito Santo. Nossa análise deter-se-á na sub-região central, território que compreende a localização da freguesia aqui abordada, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1– Localização do município de Muriaé (MG), produzida através do software livre QGIS versão 3.10.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Apesar de a imagem não apresentar os rios da região, salientamos que a freguesia em estudo está localizada próxima ao rio Pomba, precisamente à margem esquerda desse rio, sendo cortada, de maneira mais específica, pelos rios Muriaé e Glória. Entre os rios surgiram vários caminhos, roças e pousos que, ao serem penetrados, povoaram a região leste da província (MERCADANTE,

1973). Esse assentamento populacional, que se estabeleceu no sertão, teve como porta de entrada principal o Caminho Novo. Esse caminho foi responsável por uma maior circulação do comércio entre freguesias pertencentes ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, permitindo a presença de novos exploradores.

Alexandre Mendes da Cunha (2002) oferece elementos para a compreensão da dinâmica de redefinição dos espaços mineiros, tendo como pano de fundo a conjuntura marcada pelo arrefecimento final da economia mineradora. O autor propõe um novo delineamento regional, dando subsídios para a compreensão do redesenho geográfico de Minas Gerais, a partir do efeito centrífugo (CAMBRAIA, 1988; COSTA; LUNA, 1982, p. 19; CUNHA, 2002, p. 2; LIBBY, 1988). Cunha (2002, p. 11) afirma que:

O crescimento populacional de outras áreas foi um processo gradual, mas que já na segunda metade do dezoito marcava o desenvolvimento de outras tantas áreas para além do núcleo minerador, como se verifica o próprio aumento do número de povoações e na criação de várias novas freguesias em parte diversas do território.

O impacto sobre Vila Rica se dá de forma clara nas continuadas perdas populacionais dos antigos núcleos mineradores. Introduce-se uma caracterização específica em função da mineração, surgindo com ela a sub-regionalização entre o urbano e o rural, de forma que o ouro não só articulava a distribuição geográfica, mas também redefinía o espaço mineiro. Mário Marcos Sampaio Rodarte também assegura que, no último quartel do Oitocentos, é possível notar a importância do antigo núcleo minerador na rede de cidades. Para Rodarte (1999, p. 91),

a mudança da rede de cidades mineiras no período analisado, que se deu com o deslocamento de centros hierarquicamente superiores para as porções meridionais de Minas, está em concordância com a historiografia econômica. Estas cidades, que despontaram como grandes centros na década de 1870, floresceram com as novas oportunidades econômicas criadas pela eco-

nomia do café na Zona da Mata, Vale do Paraíba e em São Paulo.

Junto das rearticulações dos espaços produzidos, das áreas urbanas e rurais na dinâmica histórica, Minas ofereceu um panorama das descrições do espaço econômico e das formas de produções diferentes, até mesmo dentro das próprias sub-regiões provinciais. Para Ângelo Carrara (1999, p. 10), “estas importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até recentemente, que sempre tratou a zona da mata como uma região com características homogêneas”.

A partir da percepção acima, torna-se fundamental entender que as localidades que começaram a surgir foram criadas com base em uma lógica interna: o retorno ao mundo agrário, à busca de novas fronteiras. Isto não significa que as cidades tenham deixado de ser um ponto referencial para este crescimento, mas a dinâmica ocupacional do leste da Zona da Mata surgiu em função da influência urbana, pois o sustentáculo político e jurídico continuava permanecendo nas cidades polo, não separando, porém, as novas vilas do vínculo umbilical com os centros mais desenvolvidos.

Na Zona da Mata mineira, a apropriação de terras para subsistência, que era o perfil inicial da região, em meados e final do século XIX, cedeu lugar a um excedente que gerou a produção de café para exportação. Sua dinâmica foi impulsionada pela construção da linha férrea e pela presença escrava. O escoamento desses produtos era muito difícil, a princípio, pois não existiam estradas para drenar o excedente. Uma das soluções encontradas e até há pouco vistas em cidades interioranas da Mata mineira, foram as tropas de burros. De acordo com Paulo Mercadante (1973, p. 62), no lombo das tropas, a Mata encaminhava o açúcar, o fumo, o toucinho e o milho e recebia de volta o sal de Magé. Em regresso, no arsenal, havia também armas e munições, botas e ferramentas para os homens, definindo, assim, um fluxo econômico inicial (ANDRADE, 1995).

Por esse motivo, é possível constatar na historiografia mineira que a mão de obra escrava foi muito importante para a ocupação e para o povoamento das

sub-regiões da Zona da Mata (CARRARA, 1999; LIBBY, 1988; MARTINS, 2018). Quando o recenseamento de 1872 foi feito, a Mata – cuja área correspondia a cerca de 5% do território de Minas Gerais – detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava da província (FREIRE, 2009, p. 25). Contudo, no seu interior ocorriam diferenças importantes quanto à porcentagem de população escrava de cada paróquia.

Na freguesia de São Paulo do Muriaé, somente na sua sede, o perfil populacional escravista se fez bastante evidente nos censos populacionais, em documentos paroquiais e civis existentes na cidade. De acordo com o censo de 1872, 6.348 desses escravos eram brasileiros ou crioulos (91,49%) e 590 (8,5%) africanos, o que equivalia a 47,2% do sexo feminino e 52,8% do masculino, com a maioria solteira(o). Apesar de existir “certo equilíbrio” entre os sexos, a freguesia se caracterizava como a maioria dos estudos para a época e a região, pela superioridade de nascimentos ilegítimos ou bastardos, o que se enquadra no perfil de pequenas e médias escravarias, tal como esclarecido por Rômulo Andrade (1995).

Devido a essa nova organização espacial de Minas Gerais, percebe-se um crescimento populacional expressivo na Zona da Mata, se comparado aos censos de 1872 e 1890. O trabalho de Tiago Braga de Castro (2017, p. 38-39) permite observar o que se afirma. Tiago esclarece que, no ano de 1872, a população das 11 freguesias pertencentes a São Paulo do Muriaé era de 34.620 indivíduos³. Dezoito anos depois, o mesmo território que fazia parte da região leste da Zona da Mata somava 50.189 indivíduos entre homens e mulheres, sendo 23.801 mulheres, o que equivalia a 47, 2% da população, e 26.388 homens, correspondendo a 52,8 % da população. Há, portanto, um aumento de 31% em dezoito anos. Segundo o mesmo autor, comparando os censos de 1872 e

3 Essas freguesias eram: São Paulo do Muriaé, Nossa Senhora da Glória, São Francisco do Glória, Santa Luzia do Carangola, São Sebastião da Cachoeira Alegre, São Francisco de Assis do Capivara, São Francisco de Paula da Boa Família, São Sebastião da Mata, Nossa Senhora da Conceição dos Tombo do Carangola e os curatos, Nossa Senhora das Dores da Vitória e Divino do Espírito Santo.

1900, percebe-se um aumento populacional de 51,32%, um crescimento demográfico expressivo e que merece ser pesquisado.

Cruzando os dados do censo de 1872 e os registros paroquiais, nota-se que as informações se articulam. No censo, a grande maioria dos escravos, de ambos os sexos, era de solteiros. Dentre os homens, 80,73% declararam-se solteiros e, entre as mulheres, os dados chegam a 80,65%. Os homens casados representavam cerca de 13,41% e as mulheres 13,78%. Entre os viúvos, os homens representavam 5,84% e as mulheres 5,55%. Como observamos, as porcentagens se cruzam, em relação às categorias e aos sexos, sendo simétricos entre si.

Quando trazemos esses dados censitários e os associamos aos dados paroquiais, notamos que as famílias escravas da freguesia possuíam, em sua grande maioria, filhos naturais, ou seja, que não eram originários de uma união consensual, celebrados via matrimônio, mas advindos aparentemente de mães solteiras. Mesmo havendo a presença do pai, ele era, porém, ocultado pela fonte.

Para a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser casados em uma união reconhecida pela Igreja, a qual atenderia, portanto, aos requisitos exigidos pela legislação em vigor, no caso as Ordenações Filipinas. Em contrapartida, as crianças naturais ou ilegítimas seriam frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja (LIBBY; BOTELHO, 2004. p. 72). Neste sentido, a maioria de filhos naturais ou ilegítimos da freguesia pode ser considerada uma taxa de “legitimidade” no sentido estrito da expressão. Em alguns casos, os pais legítimos reconheceram e legitimaram esta filiação, concedendo aos filhos todos os direitos legais⁴.

As frequências de filhos naturais, nos registros de batismo, são significativas em sua totalidade, pois perfazem um total de 739 batizados (77,7%). Os filhos legítimos aparecem em 209 casos (21,9%) e os indefinidos, em que não conseguimos diferenciar sua condição, são notificados em 4 ocorrências (0,4%), conforme especificado na tabela 1.

4 Para maiores detalhes, ver: *Alforrias de pia e relações sociais*: São Paulo do Muriahé, 1850-1888.

Tabela 1– Condição de legitimidade dos filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888.

Legitimidade	Frequência	%
Natural	739	77,7
Legítimo	209	21,9
Indefinido	4	0,4
Total	952	100,0

Fonte: Livros de Batismos da Paróquia São Paulo, 1852-1888.

Ao analisar os dados de maneira mais detalhada, separando-os por triênio, nota-se que em todas as variáveis há uma predominância de nascimentos ilegítimos. Neste caso, não aparecerá nenhum intervalo com predomínio de filhos legítimos, aumentando o número de nascimentos ilegítimos gradativamente, a partir dos anos de 1873 a 1875, atingindo seu ápice nos anos de 1879-1881. Assim, quanto mais perto da Abolição, maior o distanciamento entre as variáveis e maiores os percentuais de filhos ilegítimos. Acreditamos que esse aumento de ilegitimidade esteja ligado diretamente ao número de celebrações, ou seja, quanto maior o número de nascimentos e assentos, maior a ilegitimidade da freguesia.

Tabela 2 – Condição de legitimidade por ano, Muriaé (1852-1888).

ano	natural	%	legítimo	%	Indeterminado	%	total	%
1852-1854	20	2,7	9	4,3	0	0	29	3
1855-1857	50	6,7	19	9,1	2	50	71	7,5
1858-1860	73	9,8	33	15,7	0	0	106	11,1
1861-1863	17	2,3	9	4,4	0	0	26	2,6
1864-1866	36	4,9	8	3,9	1	25	45	4,5
1867-1869	41	5,6	20	9,5	0	0	61	6,4
1870-1872	61	8,3	27	12,9	0	0	88	9,3
1873-1875	84	11,4	20	9,5	0	0	104	11
1876-1878	79	10,7	20	9,5	1	25	100	10,6
1879-1881	103	13,9	27	12,9	0	0	130	13,8
1882-1884	84	11,4	8	3,9	0	0	92	9,6
1885-1888	90	12,2	9	4,4	0	0	99	10,5
n/c data	1	0,1	0	0	0	0	1	0,1
Total	739	100,0	209	100,0	4	100,0	952	100,0

Fonte: Livros de Batismos da Paróquia São Paulo, 1852-1888.

Cumpre lembrar, conforme visto, que em plantéis mais numerosos havia um alto percentual de filhos legítimos, como também um ambiente propício para a constituição de famílias regulares. Como a freguesia analisada caracterizava-se por pequenos e médios plantéis podemos confirmar, com base nas fontes consultadas, que o quadro familiar girava em torno de filhos naturais ou ilegítimos.

A ilegitimidade predominou em várias freguesias, no período analisado, tanto entre africanos como entre livres, porém isso não implica afirmar que essas crianças não conviviam com seus pais ou não estabeleciam laços familiares. Esse modelo também foi predominante em São Paulo do Muriaé. Muitas vezes, o pai estava ausente da documentação e da celebração, mas levava uma vida conjugal com as mães dessas crianças, fato que reforça alguns estudos anteriores para Minas Gerais, como por exemplo, Rômulo Garcia de Andrade (1995), Sílvia Maria Jardim Brügger (1998), Jonis Freire (2004), Mariana Dantas (2015), Douglas Libby (2015), além de outros, demonstrando que a ilegitimidade estava presente de forma marcante na sociedade escravista mineira do século XIX. Elisabeth Anne Kuznesof (1990, p. 173) vai além em sua análise, pois afirma que, nessa cidade, era comum a presença de avós ou mesmo do pai no ato do sacramento, demonstrando que algumas famílias eram estáveis, podendo, inclusive, conviver sob o mesmo teto.

Sheila de Castro Faria (1998, p. 323-324) acrescenta que essas altas de ilegitimidade estavam intimamente pautadas em: tipos de produção, localizações das áreas, tamanho das unidades produtivas e período. Condições que, dependendo de determinadas combinações, influíram na possibilidade de casamento. Os padrões familiares e as condições socioeconômicas da região determinavam os costumes e as atitudes que sobressaíam na formação das famílias. Sheila Faria (1998, p. 57) ainda conclui que ao longo do século XIX, pode ser observada uma série de inovações dentro do sistema escravista, como a diminuição da taxa de ilegitimidade em várias freguesias. Uma das

explicações encontradas para tal definição estaria na maior presença da Igreja nos âmbitos rurais e urbanos ou mesmo em uma adaptação cultural ao modelo e aos valores do homem branco.

Em Minas Gerais, por exemplo, a criação do Bispado de Mariana, em meados do século XVIII, foi um marco para o controle dos registros paroquiais, apesar de muitos padres fugirem à regra. Entretanto, o que se observa para o século XIX é que a ampliação das alforrias e o aumento da pressão da Igreja para levar adiante o projeto de sacralização e moralização das uniões tiveram um efeito contrário, pois o sacramento do matrimônio foi vivido por uma pequena parcela da população (FARIA, 1998, p. 54). A distância, a precariedade das estradas de Mariana a Muriaé e até mesmo a falta de preparo dos representantes do clero puderam contribuir para o acentuado número de nascimentos ilegítimos.

Télio Anísio Cravo e Marcelo Godoy auxiliam na reflexão, ao analisarem a construção da Estrada do Paraibuna, entre as décadas de 30 e 40 do século XIX. Os autores observam que a mão de obra utilizada para a construção da estrada e de pontes representava uma modernização viária para a circulação mercantil em Minas Gerais. Afirmam, ainda, que o Estado, o desenvolvimento dos transportes e o mercado de trabalho estavam condicionados à conciliação entre os interesses da elite escravista e os imperativos da normatização dos contratos de trabalho (2019, p. 30), o que não seria nada fácil, uma vez que não eram ações passíveis de serem empreendidas em um curto período de tempo.

Longe dos olhos mais atentos da Igreja, a sociedade moldava seu cotidiano e, mesmo que não fosse somente harmonia, a população, de forma geral, estaria mais “livre” de determinações mais rígidas do poder central. Acreditamos que esse fator foi determinante para o perfil das famílias constituídas. Nesse perfil familiar, notamos que nenhuma mãe africana se uniu a um crioulo e, em três casos, aparece a união de africana com africano. Com relação à mãe crioula

e ao pai crioulo, esses índices se elevam para 27 casos; quanto a mãe crioula e pai africano, são computados cinco casos. Mas qual seria o perfil dessas uniões, no que diz respeito aos matrimônios de escravos?

Consultando os assentos de casamentos da paróquia de São Paulo, notamos poucas informações sobre o grupo étnico ao qual o escravo pertencia. Em apenas um caso os assentos de casamento trazem o nome dos nubentes: Rufino e Luzia, ambos crioulos, que tiveram as bênçãos matrimoniais no dia 30/06/1867, tendo como testemunhas José Pascoal Ferreira e Joaquina. Apesar de a fonte paroquial trazer um número reduzido de casamentos de escravos (o que era de se esperar diante do perfil de filhos batizados como naturais), com apenas 52 celebrações no cômputo total (o que corresponde a 5,4% do total de batizados), acreditamos ser enriquecedor, para o entendimento desse perfil familiar, analisar as listas de matrículas de escravos do ano de 1872, no que diz respeito a esses enlaces e à idade dos nubentes, uma vez que, devido ao seu detalhamento, a fonte que permite uma melhor apresentação dos dados.

Segundo a origem dos cônjuges, notamos que há uma tendência aos casamentos endogâmicos ou mesmo dentro do seu próprio grupo de origem, principalmente entre os crioulos, o que corrobora os dados coletados nos batismos. Os números apresentados confirmam a exogamia praticada, em maior grau, por homens africanos e mulheres crioulas. De acordo com Rômulo Andrade (1995, p. 276), não se trata simplesmente da preferência de um pelo outro (o que poderia acontecer), mas de um desequilíbrio quanto ao sexo, que agia de forma a desfavorecer os africanos do sexo masculino, mais numerosos em relação ao número de africanas, tendo os homens de recorrer à sobra de mulheres crioulas. Outra observação que pode ser feita está ligada diretamente às dificuldades exigidas pelo tráfico internacional e pela diminuição da presença de escravos africanos.

Quadro 1 – Casamentos de escravos segundo a origem dos cônjuges. São Paulo do Muriaé, 1872.

Casamentos	Quantidade
entre africanos	10
entre crioulos	18
Endogâmicos (A)	28
Africano x crioulas	14
Crioulo x africana	2
Endogâmico (B)	16
Subtotal (A+B)	44
Não consta origem	17
Total geral	61

Fonte: Andrade (1995).

Rômulo Andrade (1995, p. 259-251), ao consultar as listas de matrículas de escravos, afirma existir uma predominância de homens que se casam mais velhos que as mulheres (70,4% do total), ficando o restante do percentual distribuído equitativamente entre as mulheres mais velhas e os homens da mesma idade. Sendo assim, as mulheres escravas se casavam, preferencialmente, entre 15 e 29 anos e a maioria dos homens entre 15 e 39 anos, embora existissem casos em que as mulheres se casavam mais cedo, o que não acontecia com os homens. Rômulo aponta, ainda, que os casamentos aconteciam no seio da população jovem e em idade produtiva.

Tabela 3 – Comparação da idade dos cônjuges escravos. São Paulo do Muriaé, 1872.

Idade casamento	Total	%
Homem mais velho	43	70,4
Mulher mais velha	8	13,2
Ambos da mesma idade	8	13,2
Não consta	2	3,2
Total	61	100

Fonte: Andrade (1995).

Mirian Lott (2004, p. 1-10), ao analisar 40 casamentos entre cativos na freguesia do Presídio do Rio Preto, termo de Barbacena, no ano de 1839, constatou que a maioria dos noivos eram jovens, pois, entre as moças, três tinham até 14 anos; para 15 noivas, as idades variavam entre 15 e 19 anos, enquanto 18 jovens escravos se casaram entre os 15 e os 19 anos. Diferentemente dos dados de Lott, em Recife nos anos de 1790 a 1800, Gian Carlo Silva (2008, p. 112) apresenta uma média de 40 anos para os homens cativos se casarem e concluir esse grupo uma maior dificuldade de contrair o matrimônio em relação aos brancos. Porém, o grande problema de estabelecer uma média de idade entre os nubentes recai na ausência das idades na documentação.

Assim, vimos que há uma forte tendência à endogamia, pelo menos até o momento em que foi possível fazer essa escolha, havendo uma maior dificuldade de casamentos entre crioulos e africanas. Já entre crioulas e africanos ocorre o inverso, estando a superioridade masculina no cerne da definição do perfil familiar do escravo; ocorre, ainda, uma tendência de casamentos em que os homens eram mais velhos. Porém, perguntamos: que relações sociais foram expressas nas relações de compadrio? Este quadro poderia variar em relação aos filhos naturais e legítimos? É o que veremos a seguir.

Redes de sociabilidades entre os compadres e as comadres

Ao analisar a condição social dos padrinhos de escravos que eram levados à pia batismal, notamos que, nos casos de filhos naturais, há uma predominância de padrinhos livres, num total de 441 ou 59,67%; os padrinhos escravos ficam em torno de 281 ou 38,02% dos casos. No caso das crianças legítimas, a situação tem uma pequena alteração para os padrinhos escravos e livres, 91 (45,04%) e 107 (52,98%), respectivamente, permanecendo a superioridade de padrinhos livres, porém com uma pequena queda na percentagem para os padrinhos livres. Em apenas 14 batismos de padrinhos escravos o vigário especifica como pertencente a outra escravaria, um número pequeno para uma análise mais fina.

Como a grande maioria dos padrinhos da freguesia eram livres, podemos deduzir que ter a proteção de alguém de classe tida como superior à do batizando era um meio de garantir uma ascensão social via apadrinhamento, como também uma forma de garantir, a priori, uma vantagem para o futuro dos filhos ou mesmo uma forma de liberdade na pia batismal ou futura.

Em relação aos forros, notamos que eles apadrinharam apenas crianças naturais, num total de seis casos, o que nos leva a concluir que os pais também escolhiam nessa categoria pessoas de uma condição social superior à sua. Embora não seja convencional e legal, pois as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia proibiam a prática de tomar como padrinhos santos ou padres, esporadicamente eles aparecem fazendo esta função, como uma forma de introduzir o sagrado dentro da família. Na categoria não pertencente, inserem-se os padrinhos não carnais, por serem santos; em apenas um caso aparece como padrinho São Paulo, que era padroeiro da freguesia e uma criança cujos pais adotam o Mártir São Sebastião como protetor, além de um casal de padrinhos. O número será maior em relação à condição social das madrinhas.

Por duas vezes é anotado apenas o nome do padrinho e nenhuma madrinha: Crispim, batizado em 09/11/1855, filho de Francisca escrava, tem como padrinho Isidoro escravo; Constâncio, batizado no dia 11/12/1864, é apadrinhado por Justiniano escravo, proprietário de José Correa; e, por fim, há um caso em que aparecem dois padrinhos, Romão, nascido em 18/05/1882 e batizado no dia 19/06/1882, apadrinhado por Francisco Ciliberti e Nicolão Antônio Lomeu, ambos livres. Tais dados reforçam a ideia de que a figura do padrinho era muito mais importante que a da madrinha, possibilitando aos afilhados uma maior promoção social.

Para a variável madrinha, encontramos praticamente os mesmos padrões dos padrinhos, com mínimas diferenças, ou seja, para os filhos naturais, teremos uma superioridade de madrinhas livres: 399 dos casos (53,99%) e 287

(38,83%) para madrinhas escravas. Os filhos legítimos continuam tendo uma superioridade de madrinhas livres, num total de 103 casos (49,28%), para 97 (46,41%) registros de madrinhas escravas.

Comparando os dados dos padrinhos e madrinhas, percebemos que existe uma superioridade de padrinhos livres em batizados de filhos de mães naturais, seguidos de padrinhos livres para filhos legítimos. O que indica a ligação entre o poder espiritual e social, centrado principalmente na figura do padrinho livre. Claro que esses dados podem trazer outros debates sobre o modelo familiar constituído. Os trabalhos de Manuela Pedroza (2008) e Vitória Schettini de Andrade (2018) podem ilustrar essa relação social instituída via senhor e escravo. Pedroza apresenta uma ampla rede de senhores envolvidos nos apadrinhamentos e aborda as estratégias que essas famílias utilizavam, com base em um jogo que pressupunha escolhas táticas dos apadrinhamentos e não uma reprodução mecânica de condição do poder local (2008 p. 183). Os estudos de Vitória Schettini de Andrade permitem entender quais eram as relações sociais e econômicas estabelecidas por um grande proprietário de escravos da Zona da Mata mineira, analisa, ainda, as alforrias concedidas a partir da pia batismal e algumas manumissões por carta. Cruzando fontes paroquiais e civis, a autora demonstra uma relação de afinidade entre os envolvidos na celebração e, em alguns casos, o reconhecimento de paternidade entre senhores e escravos (ANDRADE, 2018a; 2018b).

Analisando a situação de madrinhas forras, os números ultrapassam os de padrinhos forros. Elas amadrinham, em sua maioria, os filhos naturais, num total de 12 casos (1,85%), remetendo, novamente, à escolha preferencial por madrinhas de categoria superior à do batizado. Para confirmar a hipótese de uma representação mais significativa para os padrinhos, levantamos a presença ou ausência dos apadrinhamentos. Independentemente de serem madrinhas carnisais ou protetoras espirituais, elas estavam ausentes em 18 batizados (1,89%) e o padrinho ausente em apenas oito (0,84%).

Constatamos a superioridade das santas servindo de madrinha em uma proporção muito maior ao padrinho, o que nos faz crer que o sagrado é “introduzido através de madrinhas e não através dos padrinhos, pois estes tinham um papel muito importante na sociedade, talvez tão relevante que o cargo não poderia ser preenchido por um santo” (RAMOS, 2004, p. 66). Em 26 batismos, 2,73% do total, uma santa era indicada como madrinha, assim como 23 casos (88,46%) têm como madrinha Nossa Senhora: dois assentos apresentam Nossa Senhora do Rosário (7,69%) e um, Nossa Senhora da Conceição (3,84%).

Para Renato Pinto Venâncio (1986, p. 95-102), “esta seletividade, madrinha no céu e padrinho na terra, correspondia a uma singular desvalorização da mulher. Ou seja, o compadrio era utilizado como um meio de acesso aos bens materiais e simbólicos”. Em Muriahé, notamos que além dessa desvalorização feminina, a presença de madrinhas espirituais poderia estar ligada a um agradecimento, a uma graça alcançada, à falta de padrinhos e madrinhas durante o ato ou mesmo à realização da celebração em momento de perigo de morte do batizando, o que pode ser confirmado em algumas observações feitas pelos vigários, como no caso do batismo de José, filho legítimo de Francisco D. Duarte e Francellina Maria do Espírito Santo, nascido no dia 13 de outubro de 1871 e batizado em 18 de novembro do mesmo ano. José tem Nossa Senhora como madrinha por promessa e José Gomes da Silva como padrinho, conforme notificado pelo vigário José Delfino César.

Na freguesia do Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, localizada na Zona da Mata mineira, Jonis Freire (2004, p.16) constatou dados muito próximos aos apresentados na freguesia São Paulo do Muriahé. Entre 1838 e 1888, livres, escravos e forros apadrinharam os inocentes em 69,2%; 30,6% e 0,2% dos casos, respectivamente.

Ao contrário dos dados apresentados para São Paulo do Muriahé, Ana Lugão Rios (1990b) constatou que, em Paraíba do Sul, 48,6% dos casais de padrinhos eram cativos, em finais do século XIX. Em cerca de 18% dos batismos, pelos

menos um dos padrinhos era escravo e, em apenas 0,32%, os senhores foram padrinhos de seus cativos. A autora ainda ressalta que há diferenças entre esses vínculos de compadrio, variando de acordo com o tamanho das unidades produtivas. Nas maiores propriedades rurais, os vínculos de apadrinhamento se formavam entre as comunidades escravas. Segundo Lugão Rios (1990b), em escravarias urbanas, a predominância de padrinhos livres se dava mais intensamente, o que possibilitava uma maior mobilidade escrava, facilitando o maior convívio entre pessoas de camada social superior.

Fábio Francisco dos Santos (2019), ao analisar a freguesia de Macaé, uma freguesia com forte presença de africanos entre os anos de 1808 e 1850, apresenta uma alta tendência de os apadrinhamentos serem celebrados por escravos, chegando a um patamar de 83,4% para os padrinhos e 61,6% para as madrinhas. Para os padrinhos livres, apresenta um valor de 0,85%, e 0,54 para as madrinhas. Nenhum santo é observado, porém as santas estão presentes num cômputo de 8,1%; e, ainda, 13% e 9,6% para padrinhos e madrinhas forras, o que confirma que, em escravarias maiores, havia a tendência de compadres e comadres serem representados pelos próprios escravos.

Em São Paulo do Muriaé, como visto, a tendência foi escolher padrinhos livres, sendo essa forma facilitada pelo estreito convívio entre livres e escravos. De acordo com Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (1988), predominavam, na Bahia do século XVIII, padrinhos de *status* social igual ou superior ao de seus afilhados, não figurando o proprietário do escravo batizado como padrinho do cativo, em nenhuma ocasião. Os autores alegam que a pequena presença dos proprietários como padrinhos de seus cativos poderia ser uma opção dos próprios escravos. Sílvia Maria Jardim Brügger (2004), ao fazer uma análise de apadrinhamento de cativos em São João Del Rei nos anos de 1730 a 1850, constata que existia um amplo predomínio de homens livres a apadrinharem filhos de cativas, variando entre 62%. Conclui ainda que, em apenas 150 casos, ou seja, 1,1% das crianças cativas batizadas entre 1736 e 1850, elas foram apadrinhadas por seus senhores.

Márcia Cristina de Vasconcellos (1997), em estudos feitos nos batistérios de Angra dos Reis, no século XIX, uma região não agroexportadora do Rio de Janeiro, chegou à conclusão de que os escravos apadrinhavam a maioria dos cativos, 473 (91,6%) e apenas 37 deles (7,2%) tinham como padrinhos homens livres. Já Maria de Fátima Rodrigues das Neves (1990), ao analisar o compadrio de escravos de São Paulo, no século XIX, apresenta a maioria deles sendo batizados por pessoas livres, sendo que, na grande maioria, eram os homens que serviam de padrinhos de crianças escravas, estendendo laços familiares a pessoas mais “qualificadas” socialmente, concluindo que “os proprietários em raras oportunidades serviam como padrinhos de seus escravos” (NEVES, 1990, p. 241). Para a região de Inhaúma, Rio de Janeiro, José Roberto Góes (1993) também concluiu que, na primeira metade do século XIX, os senhores nunca apadrinhavam seus cativos. Dos batizando escravos, 66,6% tinham como padrinhos outros escravos: “os escravos reunidos em plantéis menores buscavam padrinhos, via de regra, em cativos de outros senhores, e o inverso se dava nos maiores” (GÓES, 1993, p. 78).

Tarcísio Rodrigues Botelho (1994), estudando os arquivos paroquiais de Montes Claros, durante o século XIX, constatou que os padrinhos livres de ambos os sexos sempre ultrapassaram a metade do total, chegando a 80% em determinados momentos. Assim como alguns autores citados, Botelho aponta que os escravos não outorgavam aos senhores a possibilidade de batizarem seus filhos, contudo os parentes dos senhores apareciam apadrinhando de 8% a 16%, conforme o período. Em se tratando de São Paulo do Muriaé, em 22 casos (2,31%), aparece o proprietário como padrinho, um número superior ao encontrado pelos autores citados, associado, ainda, a uma forte presença de parentes dos senhores apadrinhando, pois é visível a coincidência de sobrenomes dos padrinhos e senhores, remetendo-nos a um amplo relacionamento entre cativos, seus proprietários e parentes próximos.

Após esta explanação podemos afirmar, assim como Mônica Ribeiro de Oliveira (2005, p. 175), que a “lógica do compadrio assentava-se tanto no poder

econômico das partes envolvidas, como principalmente, no prestígio e status que podiam ser auferidos da relação”. Isso evidencia, ainda, uma relação de dependência entre os membros envolvidos, como dívidas, dependência de favores etc.

Considerações finais

Com base nos dados apresentados, a formação da família escrava em São Paulo do Muriahé se faz evidente. Os números apresentados, bem como as análises feitas mostraram que a formação da família escrava nessa freguesia existiu, porém a seu modo. Afirmamos que a ilegitimidade foi o padrão mais comum na freguesia e que havia uma tendência à formação de famílias não legitimadas pelo sacramento, independentemente do recorte analisado, mesmo observando-se que havia a presença do pai junto a esses fogos e que o casamento não estava entre as obrigações sociais instituídas.

Consultando os registros de batismos e casamentos, o censo e as listas nominativas, constatamos que havia uma tendência aos casamentos endogâmicos, principalmente entre crioulos e crioulas, pelo menos até o momento em que fosse possível a escolha. Havia uma dificuldade maior dos casamentos entre crioulos e africanas, com base em valores e ações voltadas para a supremacia masculina, ou seja, do homem escravo nascido no Brasil em relação à escrava africana. Tais dados são reforçados pela comparação entre a forte presença dos padrinhos e o reduzido número de madrinhas, como também pelo perfil dos matrimônios, marcados numericamente pela presença de homens mais velhos ao se casarem. Tal dedução reforça o perfil de uma sociedade extremamente hierarquizada, na qual o poder se concentrava nas mãos da figura masculina.

O compadrio indica extensas redes de sociabilidade entre escravo/escravo e, principalmente, entre escravo/homem livre, que poderiam expandir suas re-

lações de parentesco, levando-as inclusive, para fora das senzalas e unidades de produção, proporcionando-lhes também segurança, diante das instabilidades cotidianas. Essas relações sociais não se limitavam ao grupo ao qual o cativo pertencia, independentemente de serem filhos naturais ou legítimos, levando-os a um complexo relacionamento entre homens e mulheres livres, libertos e até mesmo santos, tanto no interior do seu grupo, como em outras esferas sociais.

Assim, apesar de não haver evidências da celebração do sacramento católico, pautado em um modelo de família nuclear, na qual poderiam conviver, sob um mesmo teto, pai, mãe e filhos, os resultados apresentados demonstram que havia o fortalecimento das relações entre o grupo e da convivência entre pais, padrinhos e afilhados, criando um modelo familiar solidificado pela relação mútua e pelos interesses envolvidos.

Referências

ALVES, Romilda Oliveira. Famílias e formas de sobrevivência da área central da Mata Mineira (1808-1850). In: ANDRADE, Vitória F. Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017. p. 127-157.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo). 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ANDRADE, Vitória Schettini de. Alforrias de pia e relações sociais: São Paulo do Muriaé, 1850-1888. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 24, n. 1, p. 1-16, dez. 2018a. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-24.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ANDRADE, Vitória Schettini de. Relações sociais e econômicas numa freguesia escravista da Zona da Mata mineira: Desembargador Canêdo, um estudo de caso. *Diálogos* (online), v.22, p.149-165, set./dez. 2018b. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41991>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BEOZZO, José Oscar. A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. A Igreja Católica ante os dois tipos de família. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 29-100.

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. *Anais [...]* Caxambú: ABEP, 2004. p. 1-21.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9., 1998, Diamantina. *Anais [...]* Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1998. p. 37-64.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista, 1780-1836. *Revista do Departamento de História*, n. 6, p. 137-150, jul. 1988.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX*. n. 2. Série Estudos. Mariana: Editora UFOP, 1999.

CASTRO, Tiago Braga de. *Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: os Garcia de Mattos na segunda metade do século*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado Oliveira, Niterói, 2017.

COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vital. *Minas Gerais: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.

CRAVO, Télió Anísio; GODOY, Marcelo. Estado, transportes e mercado de trabalho. *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1-34, nov. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145694>. Acesso em: 5 mar. 2020.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro do século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais [...]* Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. XX-XX.

CUNHA, Maísa Faleiros da. Nupcialidade da população livre e escrava em uma área de abastecimento interno. Franca – SP, século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. *Anais [...]* Foz do Iguaçu: ABEP, 2016. p.1-16.

DANTAS, Mariana L. R. Miners, farmers, and market people: Women of African descent and the colonial economy in Minas Gerais. *African Economic History*, University of Wisconsin Press, Madison, v. 43, p. 82-108, mar. 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610845/pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

FARIA, Sheila Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 122-146, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000100007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 fev. 2020.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Comércio negreiro e estratégias de socialização parental entre escravos do agro fluminense, 1790-1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 1994, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ABEP, 1994. p 365-380.

FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes (Orgs.). *História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FREIRE, Jonis. *Batismo e compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FREIRE, Jonis; ANDRADE, Vitória F. Schettini de. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 15, n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/973>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 39-59.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base Cartográfica do Brasil. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2016/. Acesso em: 20 jan. 2020.

JOSE, Oiliam. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

KUZNESOF, Elisabeth Anne. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: NADALIN, Sérgio Odilon. *et al.* (Org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990. p. 164-174.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767- 1820)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LANNA, Ana. A transformação do trabalho; a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 165-193, jan./jul. 1990. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/64296-Texto%20do%20artigo-84720-1-10-20131104%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/64296-Texto%20do%20artigo-84720-1-10-20131104%20(3).pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

LIBBY, Douglas C. Slave, free, and freedwomen. Succeeding generations of Africans and Afro-descendants in eighteenth and nineteenth century Minas Gerais. *African Economic History*, Madison, v. 43, p. 109-135, Mar. 2015. Disponível em: <https://www.questia.com/library/journal/1P3-4038497771/slave-free-and-freed-women-succeeding-generations>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas C. BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, v. 20, n. 31, p. 1-286, jan. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/1032-Texto%20do%20artigo-3452-1-10-20100304.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LOTT, Mirian Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM; ABPHE, 2018.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste*. Estudo de uma região: mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MULS, Nair Costa. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do camponato. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 94-109, set./dez. 1990.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: NADALIM, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luíza. *História e população: estudos sobre a América Latina*. Belo Horizonte: ABEP; IUSSP; SEADE, 1990. p. 237-243.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

ORLANDO, Arthur da Costa. *Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé*: finais do século XIX e início do XX (1870-1910). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado Oliveira, Niterói, 2020.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

PEDROZA, Manuela da Silva. *Engenhoca da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. QGIS Geographic Information System. *Open Source Geospatial Foundation Project*. 2020. Disponível em: <http://qgis.osgeo.org>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas. O lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, v. 2, n. 31, p. 1-286, jan. 2004. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b594b59827e91950d7597/1462458700057/03_Ramos%2C+Donald.pdf (link). Acesso em: 2 fev. 2020.

RIOS, Ana Lugão. Família e compadrio entre escravos das fazendas de café: Paraíba do Sul, 1871-1888. *Cadernos ICHF-UFF, Niterói*, v. 2, n. 23, ago. 1990b.

RIOS, Ana Lugão. *Família e transição*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990a.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana de Minas Gerais*. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé (1809-1850)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2019.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial 1790 – 1800*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina. Que Deus os abençoe. Batismo de escravos em Angra dos Reis (RJ), no século XIX. *História e perspectivas. Revista dos cursos de História*, Uberlândia, volume único, n.16-17, p. 7-27, jan./dez.1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1795-1811. In: COSTA, Iraci Del Nero da. (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 95-102.

Recebido em: 14 de março de 2020

Aprovado em: 14 de julho de 2020